



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° DE 2013
(Do Sr. Carlos Brandão)

Solicita que seja convocado o Ministro das Cidades, **Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro**, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de utilização de critérios político-partidários na gestão e definição de prioridades para a distribuição de imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e art. **219** do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a comissão, convoque o Ministro das Cidades, **Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro**, para prestar esclarecimentos sobre critérios políticos adotados por Líderes Comunitários para gerir recursos repassados pelo programa Minha Casa Minha Vida.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo reportagem pela revista Época desta semana, o Sr. João Augusto Henriques afirmou que parte dos valores recebidos em contratos internacionais da Petrobras foi repassada pelo PMDB e para a campanha presidencial da então candidata do PT, Dilma Rousseff.

O jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 29 de setembro de 2013 publicou a seguinte reportagem:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“A sombra do PMDB na Petrobras”

Militância vira critério para receber moradia do Minha Casa Minha Vida

Onze das 12 entidades com projetos aprovados pelo Ministério das Cidades são dirigidas por filiados ao PT; quem marca presença em protestos e até ocupações ganha prioridade na fila da casa própria em São Paulo. Programa federal repassou R\$ 238,2 mi para associações

Líderes comunitários filiados são PT usam critérios políticos para gerir a maior parte dos R\$ 238,2 milhões repassados pelo programa Minha Casa Minha Vida. Entidades para a construção de casas populares nas capitais de onze das 12 entidades que tiveram projetos aprovados pelo Ministério das Cidades são dirigidas por filiados ao partido. Suas associações privilegiam quem participa de atos e manifestações de sem-teto ao distribuir moradias, em vez de priorizar a renda na escolha. Entre gestores dos recursos, há funcionários da gestão de Fernando Haddad (PT), candidatos a cargos públicos pela sigla e até uma militante morta há dois anos.

A partir de repasses diretos, as associações selecionadas pelo governo federal escolhem quem vai sair da fila da habitação em São Paulo. Os critérios não seguem apenas padrões de renda, mas de participação política. Quem marca presença em eventos públicos, como protestos e até ocupações, soma pontos e tem mais chance de receber a casa própria.

Para receber o imóvel, os associados ainda precisam seguir regras adicionais às estabelecidas pelo programa federal, que prevê renda familiar máxima de R\$ 1,6 mil, e prioridade a moradores de áreas de risco ou com deficiência física. A primeira exigência das entidades é o pagamento de mensalidade, além de taxa de adesão, que funciona como uma matrícula. Para entrar nos grupos, o passe vale até R\$ 50.

Quem paga em dia e frequenta reuniões, assembleias e os eventos agendados pelas entidades soma pontos e sai na frente. O sistema, no entanto, fere o princípio da isonomia, segundo o advogado Márcio Cammarosano, professor de Direito Público da PUC-SP. "Na minha avaliação, esse modelo de pontos ainda me parece inconstitucional, além de escandaloso e absolutamente descabido. Ele exclui as pessoas mais humildes, que não têm condições de pagar qualquer taxa ou mesmo de frequentar atos públicos", afirma.

50 mil pessoas - Os empreendimentos são projetados e construídos pelas associações, que hoje reúnem uma multidão de associados. São mais de 50 mil pessoas engajadas na luta pelo direito à moradia. Além das entidades dos petistas, há ainda uma outra dirigida por um filiado ao PCdoB.

A força política dos movimentos de moradia, que só neste ano comandaram mais de 50 invasões na cidade, pressionam não só o governo federal, mas a Prefeitura. Em agosto, Haddad publicou um decreto no qual se comprometeu a permitir que entidades possam indicar parte das famílias que serão contempladas com moradias



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em sua gestão. A promessa de campanha é entregar 55 mil até 2016 - as lideranças querem opinar sobre 20 mil desse pacote.

O cientista político Marco Antonio Teixeira, da FGV, ainda alerta para o um efeito colateral do esquema implementado na capital pelas entidades, que é a cooptação política dos associados, com fins eleitorais.

"O governo deve imediatamente intervir nesse processo e rediscutir as regras, Isso remete ao coronelismo. Além disso, a busca pela casa própria não pode ser um jogo, onde quem tem mais pontos ganha."

Quem é quem - A maior parte das entidades é comandada por lideranças do PT com histórico de mais 20 anos de atuação na causa. É o caso de Vera Eunice Rodrigues, que ganhou cargo comissionado na Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) após receber 20.190 votos nas últimas eleições para vereador pelo partido.

Verinha, como é conhecida, era presidente da Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste até março deste ano - em seu lugar entrou o também petista José de Abraão. A entidade soma 7 mil sócios e teve aval do Ministério das Cidades para comandar um repasse de R\$ 21,8 milhões. A verba será usada para construir um dos três lotes do Conjunto Habitacional Alexius Jafet, que terá 1.104 unidades na zona norte.

No ano passado, Verinha esteve à frente de invasões ocorridas em outubro em prédios da região central, ainda durante a gestão de Gilberto Kassab (PSD), e em pleno período eleitoral. Em abril, foi para o governo Haddad, com salário de R\$ 5.516,55. A Prefeitura afirma que ela está desvinculada do movimento e foi indicada por causa de sua experiência no setor.

Outra entidade com projeto aprovado, o Movimento de Mora-dia do Centro (MMC), tem como gestor Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, filiado ao PT há mais de 30 anos e atual candidato a presidente do diretório do centro. Com um discurso de críticas à gestão Kassab e de elogios a Haddad, ele também nega uso político da entidade. "Qualquer um pode se filiar a nós e conseguir moradia. Esse é o melhor programa já feito no mundo", diz sobre o Minha Casa Minha Vida Entidades.

Presença em protestos vale até garagem

Liberadas pelo Ministério das Cidades para criar regras adicionais durante o processo de seleção das famílias, as entidades subdividem seus associados em dois grupos: os que podem e os que não podem participar de eventos públicos.

O primeiro tem vantagem antes e depois da entrega das chaves. De acordo com o movimento, quem tem mais pontos pode ganhar até uma garagem ou escolher a unidade em que vai morar.

Cada evento tem uma pontuação específica. As entidades definem seus critérios de importância, que precisam ser aprovados em assembleia. Para integrantes da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Associação dos Trabalhadores da Zona Noroeste, por exemplo, a participação em uma reunião vale um ponto, mas a presença em um ato público rende 15.

"Quem tiver mais pontos ganha a casa", explica a vendedora Elisiane Santos, de 25 anos. Militante da causa há apenas seis meses, ela já soma mais de 200 pontos, "Minha mãe conseguiu um apartamento com 650 pontos, mas acho que com 400 já serei escolhida, para garantir a pontuação, é preciso participar dos eventos até o fim". Só assim garantem os comprovantes da presença - normalmente pulseirinhas ou adesivos.

Enquanto premiam pessoas mais engajadas na luta por moradia, os critérios de escolha prejudicam quem não tem dinheiro ou tempo para exercer uma militância mais combativa. A manicure Lândia Rodrigues, de 29 anos, faz parte desse grupo. Ela paga 500 de aluguel por mês e diz que não sobra para a mensalidade. "Além disso, não tenho tempo para ir a todas as reuniões. Trabalho 12 horas por dia e tenho de cuidar da minha filha. Por isso, já entrei e saí de várias associações."

Pelas regras do Minha Casa Minha Vida Entidades, só famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil podem pleitear participação. A partir dessa condição, a seleção deve seguir três critérios básicos: famílias que vivem em áreas de risco, que têm mulheres como responsáveis e que possuem parentes com algum tipo de deficiência.

'O partido era a vida da minha mãe'

Maria morreu em 2011, mas controla R\$ 10,4 mi líder comunitária.

Maria José da Cruz Guimarães, de 60 anos, a Zezé, "era uma petista roxa, o partido era a vida dela", recorda a filha, Ivonete Guimarães, de 34. Ela mora com dois filhos em um puxadinho de três cômodos no Valo Velho, na zona sul, endereço oficial da Associação dos Amigos do Conjunto Modelar.

Ivonete ficou atônita ao saber que a mãe, morta em março de 2011, vítima da doença de Chagas, constava como a gestora de uma verba de R\$ 10,4 milhões do Programa Minha Casa Minha Vida, para construir 200 moradias populares na região. "Não sabia, não. Quem ficou com a associação agora é o Edson Galdino, que foi marido dela", diz Ivonete.

"Ele também é petista doente, igual ela era. Mas não sabia que ele estava com alguma verba." A mãe de Ivonete presidia a associação do Conjunto Modelar, entidade agora comandada pelo ex-marido que, desde 2012, funciona no Jardim São Luís, a quase 15 quilômetros do Valo Velho. Mas, no cadastro das entidades do Ministério das Cidades, é Zezé, como a líder petista era conhecida no bairro, quem comanda o projeto do empreendimento Dom José 1°.

"O Ministério (das Cidades) já sabe que sou eu quem ficou com a obra. Se está no nome dela é por engano", argumenta Galdino, o ex-marido agora gestor da verba milionária. Filiado ao PT, ele argumenta que a definição dos 200 futuros beneficiários de casas próprias no Dom José 1°, feita pela entidade, não teve critérios políticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"O movimento é independente do partido. Isso não gera exclusão", diz o petista e líder sem-teto. Apesar de a entidade ter conseguido o terreno onde vai construir as moradias, o projeto ainda não saiu do papel. No mesmo terreno serão erguidos outros 200 imóveis do empreendimento Dom José 2º, tocado pela Associação de Moradores do Jardim Comercial, do também petista Pedro Alencar, o Pedrinho do Capão Redondo: "Nós somos uma entidade antiga no bairro, e tocamos outros 14 projetos da Prefeitura, Até os velórios do bairro eram aqui No Minha Casa Minha Vida escolhemos as famílias que realmente são mais necessitadas", diz Antonia Lúcia Fernandes, da associação do Jardim Comercial.

No terreno dos futuros conjuntos, na Estrada de Itapecerica, duas famílias, uma de cada associação, moram em casas improvisadas. Elas tomam conta da área para que ninguém invada o lugar. A dona de casa e estudante de pedagogia Marililce Aparecida Domingues, de 36 anos, é uma delas. Filiada à associação do Jardim comercial, ela diz: "Quem não tem dinheiro para pagar a mensalidade da associação não pode participar (dos sorteios das casas feitos pelas entidades)".

A convocação que requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de fiscalização e acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 01 de outubro de 2013.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO
PSDB-MA